



póvoa de lanhoso
município

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

2017

Índice

A. Relatório de Gestão	3
1. Introdução	4
2. Perímetro de Consolidação	4
3. Entidades excluídas da consolidação	5
4. Método de Consolidação	5
5. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação	5
Análise ao Balanço	5
6. Análise à Demonstração de Resultados:	7
7. Indicadores de Gestão	9
Indicadores de Natureza Patrimonial	9
8. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	11
B. Mapas Consolidados	12
C. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	17
1. Introdução	18
2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	19
3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	19
4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	19
5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	21
6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros	21
7. Informações relativas a compromissos	21
8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação	21
9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos	22
10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos	22
11. Informações relativas a políticas contabilísticas	23
12. Imobilizado bruto consolidado	24
13. Amortizações consolidadas	25
14. Demonstração de resultados financeiros consolidados	26
15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados	27
16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”	27
17. Desdobramento das contas de provisões	27
18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior	28

19.	Informações diversas.....	28
-----	---------------------------	----

A. Relatório de Gestão

1. Introdução

O Município da Póvoa de Lanhoso apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, na sequência da obrigatoriedade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme o estabelecido na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

Assim, o presente documento é o oitavo relatório de gestão consolidado do Município da Póvoa de Lanhoso, cumprindo assim o n.º 2 do artigo 76º da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo elaborado nos termos da portaria n.º 474/2010, de 1 de julho – orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, apresentando documentos de prestação de contas consolidadas que constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado a médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregada por maturidade e natureza.

O Município da Póvoa de Lanhoso tem vindo a elaborar a Consolidação de Contas do grupo Municipal, a qual é anualmente submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

2. Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas. Assim, o grupo autárquico engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a Escola Profissional do Alto Ave.

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2017	% do capital detido em 2017	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	195	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	22	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº2 do Artigo 75º da Nova Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					

3. Entidades excluídas da consolidação

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, a única entidade que deve ser obrigatoriamente consolidada por este método é a já referida Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

4. Método de Consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município da Póvoa de Lanhoso foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados consolidados e à Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração de Resultados.

5. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação

Análise ao Balanço

O Balanço consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício 2017, dando a conhecer o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo e Ativo Circulante. Por sua vez, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

ATIVO

<i>Ativo</i>	2017	%	2016	%	Varia.
Imobilizado	64,887,942.34	92.0%	49,248,394.35	89.4%	31.8%
Bens de Domínio Público	40,657,445.14	57.7%	27,531,146.75	50.0%	47.7%
Imobilizações Incorpóreas	210,495.31	0.3%	239,367.50	0.4%	-12.1%
Imobilizações Corpóreas	23,200,469.30	32.9%	20,659,126.36	37.5%	12.3%
Investimentos Financeiros	819,532.59	1.2%	818,753.74	1.5%	0.1%
Circulante	5,622,846.05	8.0%	5,853,632.32	10.6%	-3.9%
Existências	157,490.54	0.2%	198,936.49	0.4%	-20.8%
Dívidas de terceiros MLP	1,400.80	0.0%	3,150.55	0.0%	-55.5%
Dívidas de Terceiros CP	947,203.94	1.3%	701,976.18	1.3%	34.9%
Títulos negociáveis	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Disponibilidades	1,223,794.16	1.7%	1,722,960.01	3.1%	-29.0%
Acréscimos e Diferimentos	3,292,956.61	4.7%	3,226,609.09	5.9%	2.1%
TOTAL DO ATIVO	70,510,788.39	100.0%	55,102,026.67	100.0%	28.0%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

<i>Capital Próprio e Passivo</i>	2017	%	2016	%	Varia.
Fundos Próprios	47,105,912.35	66.8%	32,359,997.51	58.7%	45.6%
Património	41,580,266.64	59.0%	27,302,046.35	49.5%	52.3%
Diferenças de Consolidação	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Ajustamentos de partes de capital	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Reservas	1,747,169.94	2.5%	1,643,036.14	3.0%	6.3%
Resultados Transitados	3,327,355.63	4.7%	1,348,813.43	2.4%	146.7%
Resultado Líquido do Exercício	451,120.14	0.6%	2,066,101.59	3.7%	-78.2%
Interesses Minoritários	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Passivo	23,404,876.04	33.2%	22,742,029.16	41.3%	2.9%
Provisões para riscos e encargos	1,794,385.47	2.5%	2,149,002.51	3.9%	-16.5%
Empréstimos MLP	3,984,363.18	5.7%	4,371,651.44	7.9%	-8.9%
Dívidas a Terceiros CP	4,046,351.11	5.7%	2,447,273.49	4.4%	65.3%
Acréscimos e Diferimentos	13,579,776.28	19.3%	13,774,101.72	25.0%	-1.4%
Capital Próprio e Passivo	70,510,788.39	100.0%	55,102,026.67	100.0%	28.0%

Pela análise do Balanço consolidado, verifica-se um aumento do Ativo Total em 28,0%. O Imobilizado (Ativo Fixo) apresenta um acréscimo de 31,8% e o Ativo Circulante apresenta um decréscimo de 3,9% relativamente a 2016. O aumento do primeiro é explicado pelo acréscimo dos Bens de Domínio Público e das Imobilizações Corpóreas (aumentaram cerca de 15 milhões e 700 mil) já que as Imobilizações Incorpóreas verificaram diminuições de cerca de 29 mil de euros.

A diminuição verificada no Ativo Circulante deveu-se ao decréscimo das Disponibilidades, das Existências e das Dívidas de Terceiros MLP (no conjunto diminuíram cerca de 542 mil euros), já que se verificaram aumentos nas rubricas de Dividas de Terceiros CP e Acréscimos e Diferimentos na ordem dos 312 mil euros.

Em termos de estrutura do Ativo verificou-se uma variação de 31,8% no Ativo Fixo e de -3,9% do Ativo Circulante, sendo que o Ativo Fixo passou de 89,4% para 92,0% do Ativo Total.

Na divisão do Passivo entre Fundos Próprios e Passivo, os Fundos Próprios passaram de 58,7% para 66,8% e o Passivo de 41,3% para 33,2%. A quase totalidade do valor dos Fundos Próprios do Consolidado, corresponde ao património do Município da Póvoa de Lanhoso, (41 milhões e 324 mil euros), às suas reservas (1 milhão e 547 mil euros), aos seus resultados transitados (3 milhões e 213 mil euros) e ao seu resultado (468 mil euros) dado que o método de consolidação integral anula os capitais próprios das subsidiárias.

Em termos gerais, a diferença entre os Fundos Próprios consolidados e os individuais do Município (estes são superiores), resulta do efeito do desreconhecimento da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para valorizar a participação na EPAVE e no desreconhecimento dos subsídios atribuídos pelo Município à EPAVE. Assim, os Fundos Próprios Municipais cifram-se em 47.106 mil euros, registando um aumento de cerca de 14 milhões e 746 mil euros.

Ao nível do Passivo, verificaram-se diminuições nas rubricas das Provisões para Riscos e Encargos, dos Empréstimos MLP e dos Acréscimos e Diferimentos e um aumento da rubrica de Dívidas a Terceiros CP. Assim, o Passivo Municipal cifra-se em 23.405 mil euros, registando um aumento de cerca de 663 mil euros.

6. Análise à Demonstração de Resultados:

O maior objetivo da Demonstração de Resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um aumento dos Custos e Perdas (cerca de 1 milhão e 78 mil euros), e uma diminuição dos Proveitos (cerca de 517 mil euros) o que originou uma diminuição dos resultados líquidos consolidados no montante de 1.615 mil euros.

Apresentaremos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano 2016.

Síntese da Demonstração de Resultados Consolidado

CUSTOS E PERDAS

<i>Custos e Perdas</i>	2017	%	2016	%	Varia.
Custo Merc.Vend.e Matérias Cons.	1,035,246.57	6.2%	1,108,582.09	6.5%	-6.6%
Fornecimentos e Serviços Externos	4,195,487.15	25.3%	4,326,350.19	25.3%	-3.0%
Custos com Pessoal	4,551,599.20	27.4%	3,995,773.71	23.4%	13.9%
Transf. E Subs.Correntes Concedidos	1,809,606.99	10.9%	1,799,516.91	10.5%	0.6%
Amortizações do Exercício	3,690,446.41	22.2%	2,752,941.61	16.1%	34.1%
Provisões do Exercício	57,424.83	0.3%	275,847.64	1.6%	-79.2%
Outros Custos e Perdas Operacionais	7,699.48	0.0%	6,071.16	0.0%	26.8%
Custos e Perdas Operacionais	15,347,510.63	92.5%	14,265,083.31	83.4%	7.6%
Custos e Perdas Financeiros	52,490.04	0.3%	64,502.77	0.4%	-18.6%
Custos e Perdas Correntes	15,400,000.67	92.8%	14,329,586.08	83.8%	7.5%
Custos e Perdas Extraordinários	717,099.01	4.3%	709,657.06	4.1%	1.0%
Custos e Perdas Correntes e Extraordinários	16,117,099.68	97.1%	15,039,243.14	87.9%	7.2%
Imposto sobre o rendimento do exercício	22,295.78	0.1%	1,751.59	0.0%	1172.9%
Resultado Líquido do Exercício (empresa mãe)	451,120.14	2.7%	2,066,101.59	12.1%	-78.2%
Resultado Líquido do Exercício (IM)	0.00	0.0%	0.00		
TOTAL GERAL	16,590,515.60	100.0%	17,107,096.32	100.0%	-3.0%

PROVEITOS E GANHOS

<i>Proveitos e Ganhos</i>	2017	%	2016	%	Varia.
Vendas e Prestação de Serviços	1,845,289.86	11.1%	1,797,727.91	10.5%	2.6%
Impostos e Taxas	3,624,655.62	21.8%	3,704,852.72	21.7%	-2.2%
Trabalhos para a própria entidade	216,686.27	1.3%	294,499.57	1.7%	-26.4%
Proveitos suplementares	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Transf. E Subs.Correntes Obtidos	8,922,951.60	53.8%	8,660,987.72	50.6%	3.0%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Proveitos e Ganhos Operacionais	14,609,583.35	88.1%	14,458,067.92	84.5%	1.0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	660,181.82	4.0%	656,861.51	3.8%	0.5%
Proveitos e Ganhos Correntes	15,269,765.17	92.0%	15,114,929.43	88.4%	1.0%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1,320,750.43	8.0%	1,992,166.89	11.6%	-33.7%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	16,590,515.60	100.0%	17,107,096.32	100.0%	-3.0%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	16,590,515.60	100.0%	17,107,096.32	100.0%	-3.0%

Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se algumas alterações da repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos Operacionais aumentaram cerca de 7,6% continuam a ser os que têm o maior peso. Este aumento foi motivado essencialmente pelos aumentos das rubricas de Custos com Pessoal (cerca de 556 mil euros) e Amortizações do Exercício (cerca de 938 mil euros) que foi atenuado com as diminuições das rubricas de CMVMC (cerca de 73 mil euros), Fornecimentos e Serviços Externos (cerca de 131 mil euros) e Provisões do Exercício (cerca de 218 mil euros).

Os Custos e Perdas Financeiros diminuíram 18,6% enquanto que os Custos e Perdas Extraordinários sofreram um aumento de 1,0% relativamente ao ano de 2016.

Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que o conjunto dos Proveitos e Ganhos Operacionais registam um aumento de 1,0% motivado pelos aumentos das Vendas e Prestações de Serviços (cerca de 48 mil euros) e das transferências e subsídios correntes obtidos (cerca de 262 mil euros), e ainda pela diminuição das rubricas dos Impostos e Taxas (cerca de 80 mil euros) e dos Trabalhos para a própria entidade (cerca de 78 mil euros).

Os Proveitos e Ganhos Financeiros registam um aumento de 0,5% e os Proveitos e Ganhos Extraordinários registam uma diminuição de 33,7%.

ANÁLISE DE RESULTADOS

	2017	2016	Varia.
Resultados Operacionais	-737,927.28	192,984.61	-482.4%
Resultados Financeiros	607,691.78	592,358.74	2.6%
Resultados Correntes	-130,235.50	785,343.35	-116.6%
Resultado Líquido do Exercício	451,120.14	2,066,101.59	-78.2%

Os Resultados Operacionais de 2017, negativos no valor de cerca de 738 mil euros, registam uma diminuição de 931 mil euros, relativamente ao ano anterior. Os Resultados Financeiros consolidados de 2017, positivos no valor de 608 mil euros, apresentam um aumento de cerca de 15 mil euros face a 2016. Os Resultados Líquidos consolidados registam uma diminuição de cerca de 1.615 mil euros.

7. Indicadores de Gestão

Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo apreciar a sua capacidade de endividamento.

Dado estarmos perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público constituído pelo Município da Póvoa de Lanhoso, e pela Escola Profissional do Alto Ave, os bens de domínio público representam cerca de 58% do seu Ativo Total. O quadro seguinte, dá-nos uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais:

<i>Indicadores</i>	2017	2016
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Fixo/Ativo Total	92.0%	89.4%
Ativo Circulante/Ativo Total	8.0%	10.6%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	1154.0%	841.3%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Passivo MLP/Passivo Total	40.6%	48.7%
Passivo CP/Passivo Total	41.2%	27.3%
Passivo MLP/Passivo CP	98.5%	178.6%
Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total	138.2%	153.6%
ANÁLISE DO ATIVO FIXO		
Ativo Fixo/Endividamento MLP	1628.6%	1126.5%
ANÁLISE DO PASSIVO EXIGÍVEL		
Dívida de CP/Património Líquido	8.6%	7.6%
Dívida de MLP/Património Líquido	8.5%	13.5%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Disponibilidades/Exigível a CP	30.2%	70.4%
Ativo Circulante/Exigível a CP	57.6%	107.3%
ÍNDICE DE INSOLVÊNCIA		
Dívidas a Terceiros/Ativo Total	11.4%	12.4%
ÍNDICE DE AUTONOMIA		
Fundos Próprios/Ativo Total	66.8%	58.7%

Retratam os rácios da estrutura do Ativo que ocorreu um aumento significativo no indicador Ativo Fixo/Ativo Circulante que passou de 841,3% em 2016 para 1.154,0% em 2017.

Por sua vez, nos rácios da estrutura do Passivo ocorreu uma diminuição significativa no indicador Passivo MLP/Passivo CP que passou de 178,6% em 2016 para 98,5% em 2017.

Quando falamos em Ativo Fixo, referimo-nos basicamente ao investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que, entretanto, ocorreram. A relação do Ativo Fixo com o Endividamento MLP, permite-nos aferir da percentagem de imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento MLP, traduzindo, igualmente, a garantia de bens face aos financiadores.

Analizados os rácios encontrados, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento MLP em mais de 16,3 vezes.

Passemos, agora, à análise do Índice de Liquidez imediata. Tendo em conta, o aumento registado no endividamento de CP e a diminuição verificada nas rubricas de disponibilidades, verifica-se uma diminuição do indicador Disponibilidades/Exigível a CP, conforme podemos verificar pela leitura do quadro supra. Em 2017, as disponibilidades cobririam cerca de 30,2% das necessidades da dívida de curto prazo.

Regista-se, uma diminuição do peso do Ativo Circulante na relação Ativo Circulante/Exigível CP. O rácio apresentou o valor de 107,3% em 2016, apresentando em 2017 o valor de 57,6%.

Referimo-nos ao Índice de Solvência, que relaciona as Dívidas a Terceiros com o Ativo Líquido. O rácio apurado em 2017, traduz que é de apenas 11,4% o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total.

O índice de autonomia registou uma variação positiva, ascendendo a 66,8% e 58,7%, em 2017 e 2016, respetivamente.

8. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram acontecimentos importantes desde 31 de dezembro de 2017 até à data deste relatório.

B. Mapas Consolidados

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocal		ACTIVO	Notas	2017			2016
				AB	AP	AL	AL
Imobilizado							
Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais			7,112,631.38	0.00	7,112,631.38	2,347,792.69
452	Edifícios			0.00	0.00	0.00	0.00
453	Outras construções e infraestruturas			44,246,615.45	11,568,050.94	32,678,564.51	24,653,568.50
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			500,439.37	238,065.27	262,374.10	286,822.71
459	Outros bens de domínio público			0.00	0.00	0.00	0.00
445	Imobilizações em curso			603,875.15	0.00	603,875.15	242,962.85
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0.00	0.00	0.00	0.00
				52,463,561.35	11,806,116.21	40,657,445.14	27,531,146.75
Imobilizações incorpóreas							
431	Despesas de instalação			0.00	0.00	0.00	0.00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento			324,220.06	116,925.41	207,294.65	238,367.50
433	Propriedade industrial e outros direitos			3,337.00	136.34	3,200.66	1,000.00
443	Imobilizações em curso			0.00	0.00	0.00	0.00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0.00	0.00	0.00	0.00
				327,557.06	117,061.75	210,495.31	239,367.50
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais			2,106,147.46	0.00	2,106,147.46	1,277,029.67
422	Edifícios e outras construções			22,811,405.80	3,137,914.79	19,673,491.01	17,930,505.21
423	Equipamento básico			3,351,930.53	2,724,091.98	627,838.55	675,658.86
424	Equipamento de transporte			960,026.83	826,685.67	133,341.16	147,316.82
425	Ferramentas e utensílios			111,156.56	97,595.47	13,561.09	18,426.77
426	Equipamento administrativo			1,364,145.50	1,166,403.38	197,742.12	283,541.37
427	Taras e vasilhame			0.00	0.00	0.00	0.00
429	Outras imobilizações corpóreas			412,681.26	130,665.78	282,015.48	278,531.49
442	Imobilizações em curso			166,332.43	0.00	166,332.43	48,116.17
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			0.00	0.00	0.00	0.00
				31,283,826.37	8,083,357.07	23,200,469.30	20,659,126.36
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	1		73,500.00	0.00	73,500.00	73,500.00
412	Obrigações e títulos de participação			745,245.38	0.00	745,245.38	745,245.38
414	Investimentos em imóveis			0.00	0.00	0.00	0.00
415	Outras aplicações financeiras			787.21	0.00	787.21	8.36
441	Imobilizações em curso			0.00	0.00	0.00	0.00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0.00	0.00	0.00	0.00
				819,532.59	0.00	819,532.59	818,753.74
Circulante:							
Existências							
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			157,490.54	0.00	157,490.54	198,936.49
35	Produtos e trabalhos em curso			0.00	0.00	0.00	0.00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0.00	0.00	0.00	0.00
33	Produto acabados e intermédios			0.00	0.00	0.00	0.00
32	Mercadorias			0.00	0.00	0.00	0.00
37	Adiantamentos por conta de compras			0.00	0.00	0.00	0.00
				157,490.54		157,490.54	198,936.49
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo							
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				1,400.80	0.00	1,400.80	3,150.55
				1,400.80	0.00	1,400.80	3,150.55
Dívidas de terceiros - Curto prazo							
28	Empréstimos concedidos			3,499.50	0.00	3,499.50	2,099.70
211	Clientes, c/c	2		259,010.89	0.00	259,010.89	242,639.04
212	Contribuintes, c/c			124.16	0.00	124.16	238.26
213	Utentes, c/c			203,080.11	0.00	203,080.11	245,120.22
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa			497,913.77	446,235.45	51,678.32	40,803.88
251	Devedores pela execução do orçamento			0.00	0.00	0.00	0.00
229	Adiantamentos a fornecedores			0.00	0.00	0.00	0.00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0.00	0.00	0.00	0.00
24	Estado e outros entes públicos			57,836.13	0.00	57,836.13	30,411.44
264	Administração autárquica			0.00	0.00	0.00	0.00
262+263+267+268	Outros devedores			557,003.01	185,028.18	371,974.83	140,663.64
				1,578,467.57	631,263.63	947,203.94	701,976.18
Títulos negociáveis							
15	Outros Títulos			0.00	0.00	0.00	0.00
				0.00	0.00	0.00	0.00
Depósitos em instituições financeiras e caixa							
12	Depósitos em instituições financeiras			1,222,495.05	0.00	1,222,495.05	1,720,424.85
11	Caixa			1,299.11	0.00	1,299.11	2,535.16
				1,223,794.16	0.00	1,223,794.16	1,722,960.01
Acréscimos e diferimentos							
271	Acréscimos de proveitos			2,989,325.00	0.00	2,989,325.00	2,879,068.60
272	Custos diferidos			303,631.61	0.00	303,631.61	347,540.49
				3,292,956.61	0.00	3,292,956.61	3,226,609.09
Total de Amortizações					20,006,535.03		
Total de Provisões					631,263.63		
TOTAL DO ATIVO				91.148.587.05	20.637.798.66	70.510.788.39	55.102.026.67

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocal	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	Exercícios	
			2017	2016
	Fundos próprios			
51	Património	1 ; 3	41,580,266.64	27,302,046.35
51	Diferenças de consolidação		0.00	0.00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1	0.00	0.00
56	Reservas de reavaliação		0.00	0.00
	Reservas		0.00	0.00
571	Reservas legais	1	1,547,169.94	1,443,036.14
572	Reservas estatutárias		0.00	0.00
573	Reservas contratuais		0.00	0.00
574	Reservas livres		0.00	0.00
575	Subsídios		0.00	0.00
576	Doações		200,000.00	200,000.00
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		0.00	0.00
578+579	Outras Reservas		0.00	0.00
59	Resultado transitados	1	3,327,355.63	1,348,813.43
			46,654,792.21	30,293,895.92
88	Resultado líquido do exercício	1;3;4;6	451,120.14	2,066,101.59
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		47,105,912.35	32,359,997.51
	INTERESSES MINORITÁRIOS		0.00	0.00
	Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos		1,794,385.47	2,149,002.51
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Dívidas a instituições de crédito		3,308,793.36	3,907,798.06
2613	Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira		0.00	0.00
2171	Clientes e Utentes c/ cauções		0.00	0.00
264	Administração autárquica		286,180.44	38,000.00
26872	Credores por caução		0.00	0.00
262+263+267+268	Outros credores		389,389.38	425,853.38
268899	Credores por factoring		0.00	0.00
254	Empresas do grupo e participadas		0.00	0.00
			3,984,363.18	4,371,651.44
	Dívidas a terceiros - Curto prazo			
2311	Empréstimos de curto prazo		815,921.29	644,630.40
269	Adiantamentos por conta de vendas		500.00	500.00
221	Fornecedores, c/c	2	68,800.84	54,716.14
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		0.00	211.07
252	Credores pela execução do orçamento		0.00	0.00
217	Clientes e utentes c/ cauções		24,634.72	27,252.27
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		446,909.92	627,798.95
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		35,572.47	0.00
24	Estado e outros entes públicos		145,006.28	131,539.02
264	Administração autárquica		1,555,266.50	22,700.00
262+263+267+268	Outros credores		953,739.09	937,925.64
268899	Credores por factoring		0.00	0.00
			4,046,351.11	2,447,273.49
	Acréscimos e diferimentos			
273	Acréscimos de custos		816,749.44	741,375.88
274	Proveitos diferidos	3	12,763,026.84	13,032,725.84
			13,579,776.28	13,774,101.72
2762	Passivos por impostos diferidos			
	Total do Passivo		23,404,876.04	22,742,029.16
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		70,510,788.39	55,102,026.67

AB: Ativo Bruto

AP: Amortizações e Provisões Acumuladas

AL: Ativo Líquido

Órgão Executivo
Em __ de junho de 2018

Órgão Deliberativo
Em __ de junho de 2018

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Quadros das Contas do Pocal	CUSTOS E PERDAS	Notas	Exercícios			
			2017		2016	
	Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das Mercadorias		461,394.83		483,819.28	
	Matérias		573,851.74	1,035,246.57	624,762.81	1,108,582.09
62	Fornecimentos e serviços externos	5		4,195,487.15		4,326,350.19
	Custos com o pessoal:					
641+642	Remunerações		3,537,532.53		3,077,435.02	
643 a 648	Encargos sociais		1,014,066.67	4,551,599.20	918,338.69	3,995,773.71
63	Transf. E subsídios correntes concedidos		1,809,606.99	1,809,606.99	1,799,516.91	1,799,516.91
66	Amortizações do exercício		3,690,446.41		2,752,941.61	
67	Provisões do exercício		57,424.83	3,747,871.24	275,847.64	3,028,789.25
65	Outros custos e perdas operacionais		7,699.48	7,699.48	6,071.16	6,071.16
	(A) Custos e Perdas Operacionais			15,347,510.63		14,265,083.31
68	Custos e perdas financeiras			52,490.04		64,502.77
	(C) Custos e Perdas Correntes			15,400,000.67		14,329,586.08
69	Custos e perdas extraordinárias			717,099.01		709,657.06
	(E) Custos e Perdas antes de Impostos			16,117,099.68		15,039,243.14
	Imposto sobre o rendimento do exercício			22,295.78		1,751.59
	(G) Custos e Perdas após Impostos			16,139,395.46		15,040,994.73
88	Resultado líquido do exercício	1;3;4;6		451,120.14		2,066,101.59
	Custos Totais			16,590,515.60		17,107,096.32
	Proveitos e Ganhos					
	Vendas e prestações de serviços:					
7111	Vendas de mercadorias				749,444.99	
7112+7113	Vendas de produtos	5	750,381.15			
712	Prestações de serviços	5	1,094,908.71	1,845,289.86	1,048,282.92	1,797,727.91
72	Impostos e taxas	5		3,624,655.62		3,704,852.72
	Variação da produção					
75	Trabalhos para a própria entidade			216,686.27		294,499.57
73	Proveitos suplementares					
74	Transferências e subsídios obtidos			8,922,951.60		8,660,987.72
76	Outros proveitos e ganhos operacionais					0.00
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais			14,609,583.35		14,458,067.92
78	Proveitos e ganhos financeiros	4		660,181.82		656,861.51
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes			15,269,765.17		15,114,929.43
79	Proveitos e ganhos extraordinários	6		1,320,750.43		1,992,166.89
	(F) Proveitos Totais			16,590,515.60		17,107,096.32

Resumo:		
Resultados operacionais: (B)-(A)	-737,927.28	192,984.61
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)	607,691.78	592,358.74
Resultados correntes: (D)-(C)	-130,235.50	785,343.35
Resultados líquido Consolidado do exercício: (F)-(G)	451,120.14	2,066,101.59
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da empresa-mãe	451,120.14	2,066,101.59
Interesses minoritários	0.00	0.00

Órgão Executivo

Em __ de junho de 2018

Órgão Deliberativo

Em __ de junho de 2018

Mapa dos Fluxos de Caixa e Operações Orçamentais Consolidado

Unidade: Euros

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência Anterior	1,722,960.01	Despesas Orçamentais	16,535,440.93
Execução Orçamental	960,877.61	Despesas Correntes	11,517,680.39
Operações de Tesouraria	762,082.40	Despesas de Capital	5,017,760.54
Receitas Orçamentais	16,066,434.74	Operações de Tesouraria	1,056,292.61
Receitas Correntes	14,758,877.60		
Receitas de Capital	1,305,264.86	Saldo Gerência Seguinte	1,223,794.16
Outras Receitas	2,292.28		
		Execução Orçamental	491,871.42
Operações de Tesouraria	1,026,132.95	Operações de Tesouraria	731,922.74
Total	18,815,527.70	Total	18,815,527.70

Órgão Executivo

Em __ de junho de 2018

Órgão Deliberativo

Em __ de junho de 2018

C. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

1. Introdução

A Lei das Finanças Locais, prevê no artigo 75.º, a obrigatoriedade dos Municípios elaborarem contas consolidadas, sendo ainda referido que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que, até ao momento, não abrange esta temática.

Refere ainda o artigo 75.º, n.º1, da referida Lei das Finanças Locais que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.”.

Foi entretanto publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativamente à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, sendo que em maio de 2015 esta portaria foi adendada com as alterações resultantes da Lei 73/2013.

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

O perímetro de consolidação definido pelo Município da Póvoa de Lanhoso abrange a Escola Profissional do Alto Ave. O método da consolidação utilizado foi a consolidação integral, com o objetivo de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

A contabilidade de custos embora implementada encontra-se a ser melhorada, pelo que se optou neste relatório ainda não se fazer a devida análise. No entanto, permite que se efetue uma análise os encargos com as funções exercidas, não sendo esperados desvios significativos nos encargos efetivamente suportados.

Apesar dos esforços encetados não foi ainda possível concluir e apresentar em 2017 o inventário inicial, com todo o imobilizado público e privativo da autarquia. Encontra-se atualmente uma equipa do Município a proceder ao levantamento, cadastro e inventariação de todo o património municipal que se encontra omissa, para cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Apesar de não ter sido possível a conclusão deste trabalho no ano em apreço, foram efetuados muitos progressos que se refletem no Balanço, pelo acréscimo das contas do Imobilizado e do Património. Assim, no âmbito do domínio público, foram registados os bens relativos a arruamentos e rede viária de todas as freguesias do Concelho.

Todos os valores são apresentados em euros.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

Entidade incluídas no perímetro de consolidação:

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2017	% do capital detido em 2017	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	195	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	22	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso					

Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, a única entidade que deve ser obrigatoriamente consolidada por este método é a já referida Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém uma participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação identificam-se nas notas seguintes:

Lançamentos de consolidação					
Nota	Descrição	Conta(s) a Débito	Valor	Conta(s) a Crédito	Valor
Balanço					
Nota 1	Eliminação dos Investimentos financeiros	51	20,000.00	411	727,092.11
		55	620,748.97		
		571	10,933.65		
	na conta 41 do MPVL relativamente à participação financeira na EPAVE	59	99,329.49	59	114,105.26
		88	90,185.26		
Total N1			841,197.37		841,197.37
Nota 2	Eliminação de saldos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	22	83.93	21	83.93
Total N2			83.93		83.93
Nota 3	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	88	16,574.41	51	256,348.55
		274	239,774.14		
Total N3			256,348.55		256,348.55
Demonstração dos Resultados					
Nota 4	Eliminação do MEP	78	90,185.26	88	90,185.26
Total N4			90,185.26		90,185.26
Nota 5	Eliminação de transações correntes (água e outras taxas e tarifas) entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	711	357.08	62	772.49
		712	388.56		
		72	26.85		
Total N5			772.49		772.49
Nota 6	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	79	16,574.41	88	16,574.41
Total N6			16,574.41		16,574.41
Total Geral			1,205,162.01		1,205,162.01

5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Endividamento consolidado de médio e longo prazo 2017					
Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo		Total	Correção de Consolidação	Endividamento Consolidado
	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE			
Dívidas a instituições de crédito	3,308,793.36		3,308,793.36		3,308,793.36
Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira	0.00		0.00		0.00
Administração Autárquica	286,180.44		286,180.44		286,180.44
Credores por caução	0.00		0.00		0.00
Outros Credores	389,389.38		389,389.38		389,389.38
Total	3,984,363.18	0.00	3,984,363.18	0.00	3,984,363.18

6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO										
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Tipo de fluxos	Município da Póvoa de Lanhoso					EPAVE				
	saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Subsídios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Informações relativas a compromissos

Os compromissos existentes constam das demonstrações financeiras apresentadas.

8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação

As remunerações certas e permanentes dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do município da Póvoa de Lanhoso totalizaram 130.005,42 €, a remuneração do órgão de fiscalização do Município totalizou 6.480,00€. As remunerações do órgão de fiscalização totalizaram 3.500,00€ na Escola Profissional do Alto Ave.

9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

Designação	Município	2017 EPAVE	Total Consolidado
Vendas Mercadorias			0.00
Vendas Produtos	750,381.15	0.00	750,381.15
Prestações de serviços	1,082,921.58	11,987.13	1,094,908.71
Total	1,833,302.73	11,987.13	1,845,289.86

10. Bens utilizados em regime de locação financeira - valores contabilísticos

Não existem contratos de locação financeira em vigor à data de 31.12.2017 em nenhuma entidade incluída no perímetro de consolidação.

11. Informações relativas a políticas contabilísticas

Homogeneização das políticas contabilísticas

Rúbricas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE
Imobilizado	Custo de aquisição. Bens de imobilizado obtido a título gratuito, dependendo do tipo de bens, aplica-se o respetivo critério valorimétrico (valor de aquisição ou patrimonial).	Custo de aquisição.
Amortizações	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril (II Série do D.R.).	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Investimentos Financeiros	Os Investimentos Financeiros estão valorizados ao custo de aquisição.	Não aplicável.
Existências	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. Através do Sistema de inventário Permanente, utilizando o custo médio ponderado, como o método de custeio das saídas (mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo).	Não aplicável.
Terceiros	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, seguindo o princípio do custo histórico, utilizado nas operações com terceiros.	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
Acréscimos	Acréscimos de proveitos: - Rendas a receber; Acréscimos de custos: - Remunerações a liquidar; - Outros Acréscimos de Custos;	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Diferimentos	Custos Diferidos: - Seguros; Proveitos diferidos: - Subsídios ao investimento;	
Provisões	Analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.	
Disponibilidades	As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

12. Imobilizado bruto consolidado

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Imobilizado Bruto consolidado em 31 Dezembro de 2017

	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajust am.	Aumentos	Alienações	Reclassificação	Abates	Transf.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais	2,347,792.69	4,764,838.69	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	7,112,631.38
Edifícios	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Construções e Infra-Estruturas	40,768,178.66	-272,143.66	2,827,545.56	0.00	0.00	0.00	923,034.89	44,246,615.45
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	500,439.37	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	500,439.37
Outros Bens de Domínio Público	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Imobilizações em Curso	242,962.85	-200,181.29	1,484,128.48	0.00	0.00	0.00	-923,034.89	603,875.15
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	43,859,373.57	4,292,513.74	4,311,674.04	0.00	0.00	0.00	0.00	52,463,561.35
De Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de Instalação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	324,220.06	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	324,220.06
Propriedade Industrial e Outros Direitos	1,000.00	0.00	2,337.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3,337.00
Imobilizações em Curso	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	325,220.06	0.00	2,337.00	0.00	0.00	0.00	0.00	327,557.06
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e Recursos Naturais	1,277,029.67	802,867.79	101,250.00	-50,000.00	0.00	-25,000.00	0.00	2,106,147.46
Edifícios e outras construções e infra-estruturas	20,727,567.64	1,750,580.09	1,855.81	0.00	0.00	0.00	331,402.26	22,811,405.80
Equipamento Básico	3,253,785.60	-1,618.45	132,284.79	0.00	122.99	-32,644.40	0.00	3,351,930.53
Equipamento de Transporte	906,724.71	0.00	38,500.00	-12,250.00	34,224.40	-7,172.28	0.00	960,026.83
Ferramentas e Utensílios	139,225.77	0.00	2,556.51	0.00	-30,625.72	0.00	0.00	111,156.56
Equipamento Administrativo	1,301,433.00	0.00	56,809.95	0.00	28,222.05	-22,319.50	0.00	1,364,145.50
Taras e Vasilhame	31,943.72	0.00	0.00	0.00	-31,943.72	0.00	0.00	0.00
Outras Imobilizações Corpóreas	407,214.86	0.00	5,466.40	0.00	0.00	0.00	0.00	412,681.26
Imobilizações em Curso	48,116.17	0.00	449,618.52	0.00	0.00	0.00	-331,402.26	166,332.43
Adiantamento por Conta de Imobilizações Corpóreas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	28,093,041.14	2,551,829.43	788,341.98	-62,250.00	0.00	-87,136.18	0.00	31,283,826.37
De Investimentos Financeiros								
Partes de Capital:								
Obrigações e Títulos de Participação	73,500.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	73,500.00
Investimento em Imóveis:	745,245.38	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	745,245.38
Outras Aplicações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Imobilizações em Curso	8.36	0.00	778.85	0.00	0.00	0.00	0.00	787.21
Adiantamento por Conta de Investimentos Financeiros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	818,753.74	0.00	778.85	0.00	0.00	0.00	0.00	819,532.59

O balanço inicial do Município da Póvoa de Lanhoso ainda não foi aprovado, uma vez que o património do município ainda não foi inventariado, avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Desta forma o Imobilizado apresentado apenas reflete os movimentos contabilísticos desde a implementação do POCAL em 2002. Consequentemente as amortizações apenas dizem respeito ao património que se encontra devidamente contabilizado, não refletindo assim a realidade do ativo fixo do município.

À data atual todos os bens se encontram cobertos por seguros.

13. Amortizações consolidadas

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Amortizações consolidadas em 31 Dezembro de 2017

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Reclassificação	Saldo Final
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e Recursos Naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e Outras Construções	16,114,610.16	2,839,142.74	-7,385,701.96	0.00	11,568,050.94
Bens do património histórico, artístico e cultural	213,616.66	24,448.61	0.00	0.00	238,065.27
Totais	16,328,226.82	2,863,591.35	-7,385,701.96	0.00	11,806,116.21
De Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	85,852.56	31,072.85	0.00	0.00	116,925.41
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0.00	136.34	0.00	0.00	136.34
Totais	85,852.56	31,209.19	0.00	0.00	117,061.75
De Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e Outras Construções	2,797,062.43	411,848.74	-70,996.38	0.00	3,137,914.79
Equipamento Básico	2,578,249.73	179,336.29	-33,494.04	0.00	2,724,091.98
Equipamento de Transporte	793,632.29	52,475.66	-19,422.28	0.00	826,685.67
Ferramentas e Utensílios	90,173.28	7,422.19	0.00	0.00	97,595.47
Equipamento Administrativo	1,046,113.68	142,580.58	-22,290.88	0.00	1,166,403.38
Taras e Vasilhame	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Imobilizações Corpóreas	128,683.37	1,982.41	0.00	0.00	130,665.78
Totais	7,433,914.78	795,645.87	-146,203.58	0.00	8,083,357.07
De Investimentos Financeiros					
Partes de Capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações e Títulos de Participação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Aplicações Financeiras:	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Depósitos em Instituições Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Titulos de Dívida Pública	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Títulos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

14. Demonstração de resultados financeiros consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	51,341.74	62,549.38	781	Juros obtidos	9,501.91	20,753.59
682	Perdas em entidades participadas	0.00	0.00	782	Ganhos em entidades participadas	0.00	0.00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0.00	0.00	783	Rendimentos de imóveis	640,457.08	634,548.74
684	Provisões para aplicações financeiras	0.00	0.00	784	Rendimentos de participações de capital	8,633.28	0.00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0.00	0.00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0.00	0.00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
688	Outros custos e perdas financeiros	1,148.30	1,953.39	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0.00	0.00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	1,589.55	1,559.18
				789	Reembolsos de juros		
	Resultados financeiros	607,691.78	592,358.74			660,181.82	656,861.51
		660,181.82	656,861.51				

15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	617,082.94	432,361.24	791	Restituições de impostos	27,808.74	0.00
692	Dívidas incobráveis	0.00	0.00	792	Recuperação de dívidas	0.00	0.00
693	Perdas em existências	0.00	899.42	793	Ganhos em existências	662.54	2,862.62
694	Perdas em imobilizações	62,984.73	155,199.75	794	Ganhos em imobilizações	140,003.24	901,944.91
695	Multas e Penalidades	0.00	0.00	795	Benefícios de penalidades contratuais	12,523.74	30,061.40
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0.00	0.00	796	Reduções de amortizações e de provisões	181,168.50	20,058.91
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	4,668.67	89,983.48	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	107,747.10	231,541.96
698	Outros custos e perdas extraordinárias	32,362.67	31,213.17	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	850,836.57	805,697.09
	Resultados extraordinários	603,651.42	1,282,509.83				
		1,320,750.43	1,992,166.89			1,320,750.43	1,992,166.89

16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento contém a elaboração de uma cartografia para o Plano Municipal florestal contra incêndios, o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, Mapas de Ruido, o Plano de Riscos de Gestão, corrupção e infrações conexas e o Plano de Revisão do PDM.

17. Desdobramento das contas de provisões

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobrança duvidosa	600,404.20	49,127.89	18,268.46	631,263.63
Provisões para riscos e encargos	2,149,002.51	8,296.94	362,913.98	1,794,385.47
Total	2,749,406.71	57,424.83	381,182.44	2,425,649.10

No exercício de 2017 o Município apresentou um saldo final em provisões de 2.425.649€.

Como se pode observar no quadro acima representado, as provisões apresentam uma diminuição na ordem dos 323,8 mil euros (11,8%).

- Provisões para cobrança duvidosa sofreram um acréscimo aproximado de 5%.
- Provisões para riscos e encargos, sofreram um decréscimo de 354,6 mil euros (16,5%).

Relação dos processos em que está constituída provisão dada a identificação de risco quanto ao desfecho dos mesmos, designadamente:

1. Processo do Centro Educativo de Monsul – provisão de 1.723.812€;

2. Processo da AMAVE, comparticipação de custos de funcionamento nos anos de 2014, provisão de 62.277€.

3. Processo disciplinar a decorrer sobre um funcionário – provisão de 8.297€

O Município tem ainda em curso outros processos relativamente aos quais não constitui provisão, por não ser expectável o pagamento de qualquer encargo.

18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica.

19. Informações diversas

- a) A Escola Profissional do Alto Ave, integra o perímetro de consolidação sendo que esta entidade aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC. Sendo assim, as suas demonstrações financeiras foram convertidas em POCAL, constituindo este trabalho um procedimento de pré-consolidação.
- b) O grupo não tem em mora qualquer dívida ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e à Administração Tributária.
- c) Em consequência da entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2018, em 1 de janeiro de 2018, ocorreu uma redução do valor da participação financeira do Município no Fundo de Apoio Municipal (passou de 745.245 euros em 31-12-2017 para 479.088 euros em 01-01-2018) e na dívida do Município a esse fundo (passou de 425.853 euros em 31-12-2017 para 159.696 euros em 01-01-2018).

Póvoa de Lanhoso, 11 de maio de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

